

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL – 1ª REGIÃO
XI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE JUIZ FEDERAL
SUBSTITUTO

PRIMEIRA PROVA ESCRITA

MARQUE A ÚNICA OPÇÃO CORRETA

1. Introduzida a Súmula Vinculante no Sistema Judiciário Brasileiro, as atuais Súmulas do Supremo Tribunal Federal:

- a) produzirão, automaticamente, efeito vinculante;
- b) ficaram revogadas automaticamente;
- c) continuam a vigor, porém, sem efeito vinculante, adquirindo-o somente após sua confirmação por dois terços dos integrantes do Supremo Tribunal Federal e publicação na imprensa oficial;
- d) continuam a vigor, porém, sem efeito vinculante, adquirindo-o somente após sua confirmação pela maioria absoluta dos integrantes do Supremo Tribunal Federal e publicação na imprensa oficial.

2. A decisão judicial que contrariar a Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal poderá ser impugnada mediante:

- a) Recurso Extraordinário;
- b) Agravo de Instrumento para o Supremo Tribunal Federal;
- c) Reclamação para o Supremo Tribunal Federal;
- d) Recurso Ordinário para o Supremo Tribunal Federal.

3. A Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal produzirá efeito em relação:

- a) à Justiça Federal e à Justiça Estadual;
- b) aos demais órgãos do Poder Judiciário, incluídos os tribunais superiores, e à administração pública direta e indireta federal;
- c) aos demais órgãos do Poder Judiciário, incluídos os tribunais superiores, e à administração pública direta e indireta federal, estadual e municipal;
- d) nenhuma das opções anteriores.

4. A aprovação, a revisão ou o cancelamento de Súmula Vinculante poderá ser provocada:

- a) pelo Presidente da República, pelo Vice-Presidente da República ou pelo Ministro da Justiça;
- b) por presidentes dos tribunais superiores, dos Tribunais de Justiça ou dos Tribunais Regionais Federais;
- c) pelo Procurador-Geral da República, pelo Advogado-Geral da União ou pela parte interessada na discussão da causa;
- d) pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por governadores de Estado ou pela Mesa do Senado Federal.

5. A supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal será exercida:

- a) pelo Conselho Nacional de Justiça;
- b) pelo Conselho da Justiça Federal;
- c) pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça;
- d) pelo Tribunal de Contas da União.

6. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se:

- a) de quinze membros;
- b) de onze membros;
- c) de doze membros;
- d) nenhuma das opções anteriores.

7. A atual Constituição Federal Brasileira:

- a) é fixa;
- b) é rígida;
- c) é flexível;
- d) é semi-rígida.

8. No Estado Federal, os entes que o compõem:

- a) possuem soberania;
- b) possuem autonomia;
- c) podem possuir soberania, dependendo da população e da arrecadação tributária;
- d) nenhuma das opções anteriores.

9. O Tribunal de Contas da União:

- a) é órgão auxiliar do Poder Executivo;
- b) é órgão auxiliar do Poder Judiciário;
- c) é órgão auxiliar do Poder Legislativo;
- d) não é órgão auxiliar.

10. Analise as assertivas abaixo:

I) O Poder Constituinte Derivado na atual Constituição Federal está subordinado a limitações procedimentais, materiais e circunstanciais.

II) A norma do art. 218 da Constituição Federal, "O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacidade tecnológicas", é uma Norma Constitucional de Eficácia Contida.

III) A competência residual remanescente ou reservada na Constituição Federal atual pertence ao Estado-membro.

IV) As atribuições do Presidente da República são indelegáveis aos Ministros de Estado.

V) O princípio da subsidiariedade é aplicável à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

- a) Todas estão corretas;
- b) apenas uma está correta;
- c) somente a I a III e a V estão corretas;
- d) apenas a II e a IV estão corretas.

11. Sendo atribuição de Ministro de Estado referendar atos e decretos assinados pelo Presidente da República, o ato deste não-referendado:

- a) é nulo;
- b) é anulável;
- c) é válido;
- d) é inexistente.

12. Examine as asserções seguintes:

I) a sanção de um projeto de lei pode ser tácita ou expressa;

II) nenhum brasileiro será extraditado;

III) todo cidadão é nacional, mas nem todo nacional é cidadão;

IV) todo inalistável é inelegível, mas nem todo alistável é elegível;

V) o Conselho Nacional de Justiça pode rever os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de cinco anos, mediante provocação, e, há menos de um ano, de ofício.

- a) Todas estão incorretas;
- b) apenas uma está correta;
- c) somente a I, a III e IV estão corretas;
- d) somente a II e a V estão corretas.

13. Marque a única opção correta após exame das proposições:

I) A Justiça Militar Estadual de primeira instância tem, como órgão de segunda instância, apenas o Tribunal de Justiça do respectivo Estado-membro.

II) Compete aos juízes federais processar e julgar as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho.

III) Compete aos juízes federais processar e julgar o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União.

IV) Compete ao Supremo Tribunal Federal a homologação de sentença estrangeira e a concessão de exequatur às cartas rogatórias.

V) Os partidos políticos adquirem personalidade jurídica mediante registro dos seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

- a) Todas as proposições estão incorretas;
- b) apenas uma está correta;
- c) somente a III e a V estão corretas;
- d) apenas a I, a II e IV estão corretas.

14. O Direito Tributário é:

- a) público, obrigacional e comum;
- b) público, real e comum;
- c) público, obrigacional e especial;
- d) nenhuma das opções anteriores.

15. A autonomia do Direito Tributário é:

- a) didática, dogmática e estrutural;
- b) dogmática e estrutural;
- c) didática e estrutural;
- d) inexistente por ser um ramo do Direito Financeiro.

16. A imunidade que beneficia a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, impedindo que uma dessas pessoas de direito público interno lance imposto sobre as outras, chama-se:

- a) genérica;
- b) específica;
- c) recíproca;
- d) objetiva e específica.

17. Uma pessoa deve à União, como responsável, R\$ 300.000,00 de Contribuição de Melhoria, constituída em 20/12/2001, e, como contribuinte, R\$ 80.000,00 de Imposto de Renda, constituído em 31/12/2002; R\$ 45.000,00 de Imposto Territorial Rural, constituído em 07/11/2003, e R\$ 27.000,00 de taxa, constituída em 15/12/2003. O último crédito a ser imputado será:

- a) R\$ 300.000,00;
- b) R\$ 27.000,00;
- c) R\$ 80.000,00;

d) R\$ 45.000,00.

18. Os conflitos sobre competência tributária entre Estados-membros e Municípios serão resolvidos por:

- a) Lei Delegada;
- b) Lei Complementar;
- c) Resolução do Senado;
- d) nenhuma das opções anteriores.

19. A Sapataria Almada, não se conformando com a exigência de determinado tributo, impetrou Mandado de Segurança, obtendo liminar. Nesse ínterim, o Fisco, em diligência à sede da empresa, autuou-a pela suspensão da escrituração referente ao tributo em litígio. Em sua defesa, a empresa alegou que, em face da liminar obtida, também a obrigação de escrituração estava suspensa nos termos do art. 151 do Código Tributário Nacional. A defesa é procedente?

- a) Sim, porque, nos termos do art. 151, IV, do Código Tributário Nacional, a concessão de liminar em Mandado de Segurança suspende a exigibilidade do crédito tributário;
- b) sim, porque, suspensa a exigibilidade do crédito tributário em decorrência da concessão de liminar em Mandado de Segurança, automaticamente, estará suspensa a obrigatoriedade de escrituração fiscal referente ao tributo em litígio;
- c) não, porque a suspensão da exigibilidade do crédito tributário não dispensa o sujeito passivo da obrigação de prestações positivas ou negativas, previstas na legislação tributária, no interesse da fiscalização ou da arrecadação do tributo em litígio;
- d) não, porque a escrituração fiscal do tributo em discussão só poderia ser suspensa se a liminar concedida tivesse sido precedida de depósito judicial do seu valor.

20. O prefeito de Baependi, Estado de Minas Gerais, pretende conceder perdão do Imposto Predial do exercício de 2002, inferior a R\$ 2.000,00 (dois mil reais), aos contribuintes que ainda não o pagaram e, ao mesmo tempo, das infrações referentes à legislação que o regula. O projeto de lei a ser enviado à Câmara Municipal deverá ser de:

- a) remissão;
- b) anistia;
- c) remissão e anistia;
- d) remissão e isenção.

21. Armando, pai de Josué, menor, deixou de pagar Imposto Predial dos exercícios de 2001, 2002 e 2003, referente a imóveis de propriedade do filho. Em 2004, para atender necessidades prementes deste, obteve autorização judicial para vender os aludidos imóveis. Agora, o Município de Janaúba, Estado de Minas Gerais, após verificar que os imóveis foram vendidos e que o menor não possui outros bens, está exigindo os impostos de Armando, que, para se defender, alega que o proprietário e, portanto, o devedor, é Josué. Armando tem razão?

- a) Sim, porque o contribuinte da obrigação tributária é a pessoa que tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador, sendo, no caso do Imposto Predial, quem detenha a propriedade de imóvel;
- b) sim, porque a venda dos imóveis foi feita mediante autorização judicial, não cabendo a Armando a responsabilidade pelo fato de não ter o juiz determinado a reserva de bens de Josué que pudessem responder pelo tributo devido;
- c) não, porque, sendo Josué menor, Armando detinha a posse dos imóveis deste e, portanto, como o fato gerador do Imposto Predial é, também, a posse de bem imóvel, contribuinte é quem tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

d) não, porque, embora o proprietário dos imóveis seja Josué e, portanto, o contribuinte do Imposto Predial, cabia a Armando pagar na época própria, com recursos financeiros do filho menor, os tributos que este devia, pormenor que o torna responsável, em decorrência de omissão, pelo pagamento reclamado, já que não mais é possível exigi-lo do proprietário.

22. A autoridade fiscal, ao aplicar sanção ao infrator de lei tributária, diante de dúvida quanto à natureza da penalidade aplicável, deverá interpretar a norma legal de forma:

- a)** analógica;
- b)** benigna;
- c)** eqüitativa;
- d)** literal.

23. Analise as afirmações seguintes:

- I)** A prova de recolhimento indevido de tributo que comporta repercussão financeira é insuficiente para legitimar sua restituição.
- II)** Pessoa Jurídica de Direito Público pode ser sujeito passivo de obrigação tributária.
- III)** As multas, quando moratórias, são tributos por serem prestações pecuniárias compulsórias.
- IV)** O lançamento tem natureza constitutiva porque constitui o crédito tributário.
- V)** A prescrição do crédito tributário inicia-se com a ocorrência do fato gerador.

- a)** Todas estão corretas;
- b)** apenas uma está correta;
- c)** somente a I e a II estão corretas;
- d)** apenas a III, a IV e a V estão corretas.

24. O lançamento é:

- a)** um ato constitutivo;
- b)** um ato que cria, modifica ou extingue direitos;
- c)** um ato declaratório;
- d)** as opções a e b estão corretas.

25. A dispensa, por questão de política fiscal, de pagamento de tributo regularmente devido caracteriza:

- a)** anistia;
- b)** remissão;
- c)** isenção;
- d)** imunidade tributária.

26. Quando o pagamento de um tributo depende da conversão de moeda estrangeira, o câmbio para a conversão é:

- a)** o vigente no dia do lançamento;
- b)** o vigente no dia do pagamento do tributo;
- c)** o vigente no dia da ocorrência de fato gerador;
- d)** a média do câmbio entre os dias do lançamento e do pagamento do tributo.

27. A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção.

Assim, o Regime Geral de Previdência Social garante a cobertura de todas as situações que a Lei nº 8.213/91 aponta, exceto, por ser objeto de legislação específica a de:

- a)** pensão por morte;

- b) desemprego involuntário;
- c) auxílio-reclusão;
- d) auxílio-doença.

28. O trabalhador rural, na condição de segurado especial, sujeito à contribuição obrigatória sobre a produção rural comercializada, somente fará jus à aposentadoria por tempo de serviço se provar que:

- a) recolheu contribuições facultativas;
- b) tem tempo de serviço, passado por certidão do INSS;
- c) trabalhou, comprovadamente, em regime de economia familiar;
- d) sua produção está escriturada e à disposição do INSS.

29. Consideram-se prestações previdenciárias, devidas aos segurados e seus dependentes:

- a) auxílio-doença e aposentadoria por tempo de contribuição;
- b) salário-família, auxílio reclusão e aposentadoria por invalidez;
- c) auxílio-acidente, pecúlio e seguro-maternidade;
- d) abono permanência, auxílio-natalidade e aposentadoria.

30. São parcelas que integram o cálculo de salário-de-contribuição, para fins previdenciários:

- a) diárias para viagens, 13º salário e abono de férias;
- b) vale-transporte, férias e horas-extras;
- c) adicional de insalubridade, gorjetas e indenização de férias;
- d) salário-maternidade, comissões e aviso prévio trabalhado.

31. Fazem jus ao auxílio-acidente, como indenização (quando após a consolidação das lesões decorrentes do acidente, resultaram seqüelas que, impliquem, por exemplo, em redução da capacidade de trabalho que habitualmente exerciam):

- a) somente os empregados segurados que comprovem carência;
- b) o segurado empregado, o trabalhador avulso e o segurado especial;
- c) os trabalhadores rurais e os trabalhadores urbanos, com 24 meses, pelo menos, de contribuição;
- d) os segurados que não acumulem o benefício em tela com qualquer aposentadoria.

32. A aposentadoria por invalidez exige:

- a) carência de 12 contribuições mensais, salvo nos casos de acidentes ou quando o segurado for acometido por moléstias graves, definidas como tal na Lei nº 8.213/91;
- b) prova de incapacidade, ainda que parcial, salvo se o segurado for portador de doença preexistente à filiação previdenciária;
- c) carência de 24 contribuições mensais e prova de afastamento do trabalho por mais de seis meses;
- d) que o segurado não a acumule com outro benefício, salvo auxílio-doença.

33. A lei que instituir nova contribuição previdenciária entra em vigor:

- a) 180 dias após sua publicação;
- b) 90 dias após sua publicação;
- c) 60 dias após sua publicação;
- d) 120 dias após sua publicação;

34. O direito à pensão especial de seringueiros, conhecidos como soldados da borracha, estreou no ordenamento positivo com a :

- a) Constituição de 1967;
- b) Constituição de 1946;
- c) Constituição de 1988;
- d) Constituição de 1969 (EC nº 1/69).

35. Incidem sobre o faturamento, para os fins de contribuições da seguridade social:

- a) Contribuição para o Programa de Integração Social-PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social-COFINS;
- b) Salário-educação e Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira-CPMF;
- c) Contribuição para o Programa de Integração Social-PIS e salário educação;
- d) Contribuição para o Programa de Integração Social-PIS e Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira-CPMF.

36. A legislação previdenciária criou três classes de dependentes, dentre elas, na classe I:

- a) pais e outros ascendentes, se inválidos;
- b) irmãos, enteados ou outro agregado;
- c) cônjuge, companheiro(a), filho menor de 21 anos (ou não emancipado) ou inválido;
- d) pais ou mãe, filha viúva, filho estudante ou tutelado ou enteado (estes até 25 anos).

37. Um particular, em co-autoria com servidor do INSS (valendo-se dessa condição), promoveu, fraudulentamente, habilitação de trinta pessoas a benefício previdenciário, efetivamente recebido durante alguns meses:

- a) se conhecida por todos a participação e a condição do servidor público, houve, em tese, crime de peculato tanto pelos agentes que promoveram a fraude quanto pelos beneficiários;
- b) houve, em tese, crime de estelionato por todos os agentes, pelo critério da especialidade, uma vez que o meio fraudulento é elemento específico desse crime, não estando presente no peculato;
- c) houve, em tese, crime de peculato tanto pelos agentes que promoveram a fraude quanto pelos beneficiários, independentemente do conhecimento que estes tivessem da participação e da qualidade do servidor público, uma vez que sabiam tratar-se da apropriação indevida de dinheiro público;
- d) houve, em tese, crime de estelionato pelo particular que promoveu a fraude e pelos beneficiários, sendo de peculato apenas o crime praticado pelo servidor público, pois, sendo pessoal e não elemento objetivo do crime de peculato, não se comunica aos demais a condição de servidor público.

38. No caso anterior, supondo-se que ao final de regular processo haja a condenação de todos os acusados, no momento de fixar a pena o Juiz Federal:

- a) levará especialmente em conta, em relação ao servidor do INSS, a qualidade de servidor público, ao avaliar os aspectos previstos no art. 59 e no art. 61, g, do Código Penal;
- b) não considerará, em relação ao servidor do INSS, a qualidade de servidor público, ao avaliar os aspectos previstos no art. 59, mas a levará em conta para efeito da circunstância prevista no art. 61, g, do Código Penal;
- c) não dará atenção específica, em relação ao servidor do INSS, à qualidade de servidor público, em qualquer desses momentos, pois já a considerou como elementar para a tipificação do crime;
- d) levará em conta, em relação ao servidor do INSS, a qualidade de servidor público, para efeito de condená-lo à pena de perda de função pública.

39. Regra geral, a prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final:

- a)** começa a correr do dia da ação ou omissão, incluindo-se no cômputo do prazo o dia do começo, pois o Código Penal seguiu a teoria da atividade ao estabelecer o momento do crime;
- b)** começa a correr do dia do resultado, levando-se em conta a regra do art. 798, §1º, do Código de Processo Penal, pois prescrição, embora em parte disciplinada no Código Penal, é matéria eminentemente processual;
- c)** começa a correr do dia da ação ou omissão apenas se o agente era, ao tempo do crime, menor de vinte e um anos de idade;
- d)** regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, computando-se nesse prazo as causas especiais de aumento e de diminuição de pena, com exceção do concurso e da continuidade.

40. É correto dizer:

- a)** que o princípio da reserva legal não impede a utilização de norma penal em branco, mas impede a utilização de conceito jurídico indeterminado na tipificação de infração penal;
- b)** que o princípio da reserva legal não impede a utilização de norma penal em branco nem de conceito jurídico indeterminado na tipificação de infração penal;
- c)** que é sempre retroativa a norma complementar de norma penal em branco, mais benéfica, desde que homogênea (originária da mesma fonte que expediu a norma complementada), ainda que temporária;
- d)** que, apesar do princípio da retroatividade da lei mais benéfica, a retroatividade de norma complementar heterogênea (proveniente de fonte diversa) de norma penal em branco depende de previsão legal específica.

41. No direito penal:

- a)** é totalmente irrelevante o desconhecimento da lei;
- b)** tem certa relevância a obediência a ordem de superior hierárquico, mesmo manifestamente ilegal;
- c)** só tem relevância arrependimento do agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza;
- d)** depois do Código Civil de 2002, não há relevância no fato de o agente contar entre dezoito e vinte e um anos de idade.

42. Sobre as causas especiais de aumento ou diminuição de pena é correto afirmar:

- a)** que, independentemente de sua situação no texto do Código Penal, o juiz deve sempre limitar-se a um só aumento ou a uma só diminuição, prevalecendo, todavia, a causa que mais aumente ou diminua;
- b)** que o juiz, se pode aplicar um só aumento ou uma só diminuição, também pode, independentemente de motivação, aplicar mais de um aumento ou de uma diminuição;
- c)** as causas de aumento e de diminuição de pena permitem, respectivamente, elevação acima da pena máxima ou diminuição abaixo da pena mínima prevista, em tese, para o crime;
- d)** as causas de diminuição permitem diminuição abaixo do mínimo legal, mas as de aumento não podem elevar a pena acima do limite previsto, em tese, para o crime.

43. O conflito aparente de normas penais é resolvido:

- a)** pelos princípios da especialidade, da subsidiariedade e da consunção, alguns autores incluindo também o princípio da alternatividade;
- b)** pelos princípios da especialidade e da consunção, não dizendo respeito à questão o princípio da subsidiariedade, que é relativo à ação penal;

- c) exclusivamente pelo princípio da especialidade;
- d) pelos princípios da especialidade e da subsidiariedade.

44. Quatro pessoas (maiores de dezoito anos) associaram-se no Estado do Amazonas, fronteira com a Colômbia, para falsificação de uma partida de papel-moeda e subsequente exportação, venda, troca e, de modo geral, sua introdução em circulação. Foram presos em flagrante quando empacotavam as cédulas falsificadas, sendo também apreendidos os equipamentos de falsificação. Com tais ações, em tese, praticaram:

- a) crimes de quadrilha ou bando, posse de petrechos para falsificação de moeda e moeda falsa;
- b) crimes de quadrilha ou bando e moeda falsa;
- c) crimes de posse de petrechos para falsificação de moeda e moeda falsa;
- d) apenas crime de moeda falsa.

45. A propósito da competência por prerrogativa de função:

- a) Será julgado pelo Tribunal de Justiça o juiz de direito ou o promotor de justiça ou o prefeito acusado de crime de competência da Justiça Federal, praticado no exercício do cargo, prevalecendo, conforme lei, a competência por prerrogativa de função mesmo se iniciada a ação penal após a cessação do exercício funcional;
- b) Será julgado pelo Tribunal Regional Federal o juiz de direito ou o promotor de justiça ou o prefeito acusado de crime de competência da Justiça Federal, praticado no exercício do cargo, tendo sido cancelada súmula do STF que estabelecia prevalecer a competência especial por prerrogativa de função mesmo após cessado o exercício funcional;
- c) Será julgado pelo Tribunal de Justiça o juiz de direito ou o promotor de justiça, mas não o prefeito, acusado de qualquer crime de competência da Justiça Federal, praticado durante o exercício do cargo, sujeito o prefeito a julgamento perante o Tribunal Regional Federal e prevalecendo, conforme lei, a competência por prerrogativa de função mesmo se iniciada a ação penal após a cessação do exercício funcional;
- d) Será julgado pelo Tribunal de Justiça o juiz de direito ou o promotor de justiça, mas não o prefeito, acusado de crime de competência da Justiça Federal, praticado no exercício do cargo, sujeito o prefeito a julgamento perante o Tribunal Regional Federal e prevalecendo, conforme lei, a competência por prerrogativa de função mesmo se iniciada a ação penal após a cessação do exercício funcional.

46. Se o Ministério Público requer o arquivamento do inquérito policial:

- a) não cabe ação penal privada subsidiária da pública, pois o pedido de arquivamento não pode ser equiparado a omissão;
- b) cabe ação penal privada subsidiária da pública, pelo ofendido ou por quem tenha qualidade para representá-lo, no prazo decadencial de seis meses;
- c) cabe ação penal privada subsidiária da pública, desde que proposta pelo ofendido ou por quem tenha qualidade para representá-lo, enquanto não ocorrer a prescrição;
- d) cabe ação penal privada subsidiária da pública apenas em relação a elemento ou circunstância do crime complexo que, por si mesmo, constitua crime de ação privada.

47. Pela sistemática constitucional, o conflito de jurisdição, em matéria penal:

- a) entre juiz estadual e juiz federal, será julgado pelo Tribunal Regional Federal da respectiva região, em qualquer hipótese, em face de prevalência da competência especializada da Justiça Federal;

b) entre juiz estadual e juiz federal, será julgado pelo Superior Tribunal de Justiça, em qualquer hipótese, não havendo possibilidade, em matéria penal, de juiz estadual exercer jurisdição federal;

c) entre juiz estadual, no exercício de jurisdição federal, e juiz federal, será julgado pelo Tribunal Regional Federal da respectiva região, se bem que a Lei n. 10.409/2002 não reproduziu a disposição do art. 27 da Lei n. 6.368/76;

d) entre juiz estadual e juiz federal, em processo por qualquer crime de tráfico de entorpecentes, será julgado pelo Tribunal Regional Federal da respectiva região.

48. Assinale a opção correta:

a) Por disposição constitucional, o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal.

b) Por disposição constitucional, o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei, não havendo lei, superveniente à Constituição de 1988, que preveja hipóteses de identificação criminal.

c) O civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo, exclusivamente, se estiver indiciado ou acusado pela prática de crime de falsificação de documento público.

d) O civilmente identificado será identificado criminalmente quando estiver indiciado ou acusado pela prática de homicídio doloso, receptação qualificada, crimes contra a liberdade sexual e outros crimes especificamente indicados em lei.

49. Assinale a opção correta:

a) O sigilo das comunicações telefônicas é objeto de norma constitucional de eficácia contida e ainda não há lei que estabeleça as hipóteses e a forma de sua violação para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

b) Nos termos de lei específica, pode haver, em certos casos, violação do sigilo de comunicações telefônicas, que não poderá exceder o prazo de quinze dias, por determinação judicial.

c) Pode haver, em certos casos, violação do sigilo de comunicações telefônicas, que não poderá exceder o prazo de quinze dias, renovável uma única vez, por determinação judicial.

d) Pode haver, em certos casos, violação do sigilo de comunicações telefônicas, que não poderá exceder o prazo de quinze dias, renovável, justificadamente, por quantas vezes for necessário.

50. Assinale a opção incorreta:

a) Intimada a defesa da expedição de carta precatória, torna-se desnecessária nova intimação da data da audiência no juízo deprecado.

b) Em princípio, é válido o interrogatório do réu feito por precatória.

c) Quando a própria autoridade policial ou judiciária não a realizar pessoalmente, a busca domiciliar deverá ser precedida da expedição de mandado.

d) A participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal não acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia.

51. No momento de proferir a sentença, o juiz:

a) se entender que deve ser dada ao fato descrito na denúncia definição jurídica diversa da que ali consta, não terá que baixar o processo para manifestação da defesa ou do Ministério Público, ainda que, em consequência, tenha que aplicar pena mais grave;

b) se entender que deve ser dada ao fato descrito na denúncia definição jurídica diversa da que ali consta, independentemente do resultado, baixará o processo para que haja prévia manifestação do Ministério Público e da defesa;

- c)** se entender que deve ser dada ao fato descrito na denúncia definição jurídica diversa da que ali consta, baixará o processo para que haja manifestação da defesa apenas se, em conseqüência, tiver que aplicar pena mais grave;
- d)** se entender que deve ser dada ao fato descrito na denúncia definição jurídica diversa da que ali consta, baixará o processo para manifestação da defesa se a nova definição jurídica do fato decorrer de elementar provada nos autos, embora não contida na denúncia, que leve à aplicação de pena mais grave.

52. A expressão “circunstância elementar”, empregada em dispositivo do Código de Processo Penal que trata da *mutatio libelli* refere-se:

- a)** às elementares propriamente ditas, ou seja, aos componentes básicos, essenciais ou fundamentais do tipo;
- b)** às elementares propriamente ditas, assim como às causas especiais de aumento e de diminuição de pena e às qualificadoras;
- c)** às elementares propriamente ditas, assim como às circunstâncias agravantes e atenuantes, às causas de aumento e diminuição de pena e às qualificadoras;
- d)** às “circunstâncias” acessórias, ou seja, àquilo que está fora, que circunda o delito.

53. Conforme a jurisprudência predominante, o despacho de recebimento da denúncia:

- a)** é ato decisório, devendo ser fundamentado, em atenção ao disposto no art. 93, IX, da Constituição Federal, sob pena de nulidade;
- b)** é ato decisório, e sua fundamentação, apesar de indispensável, pode ser sucinta;
- c)** não é ato decisório, mas mesmo assim deve ser fundamentado, sob pena de nulidade, quando o juiz, ao praticá-lo, altere a qualificação legal do crime;
- d)** não é ato decisório, por isso não se sujeita ao disposto no art. 93, IX, da Constituição Federal.

54. Em relação à defesa prévia:

- a)** há necessidade de intimação do respectivo prazo mesmo ao defensor constituído presente ao interrogatório;
- b)** só há necessidade de intimação do respectivo prazo se o defensor constituído não estiver presente ao interrogatório;
- c)** sendo facultativa, não há necessidade de intimação do respectivo prazo, em qualquer hipótese, a defensor constituído ou a defensor dativo;
- d)** é peça de apresentação obrigatória pelo defensor dativo.

55. Em processo por crime de competência do Tribunal do Júri:

- a)** há necessidade de prova incontroversa da existência do crime e da autoria para que o réu seja pronunciado, prevalecendo os princípios da presunção de inocência e *in dubio pro reo*;
- b)** na dúvida, deve o juiz pronunciar o réu e mandar incluir-lhe o nome no rol dos culpados, seguindo o princípio *in dubio pro societate*;
- c)** na dúvida, deve o juiz pronunciar o réu, seguindo o princípio *in dubio pro societate*, abstendo-se, porém, de mandar incluir-lhe o nome no rol dos culpados;
- d)** o juiz só deve deixar de pronunciar o réu na hipótese de ausência de prova da materialidade da infração penal, sendo irrelevantes, para esse fim, os elementos subjetivos do tipo, especialmente o dolo, cuja apreciação compete ao colegiado popular.

56. Contravenção contra bem, serviço ou interesse da União, suas autarquias e empresas públicas:

- a) será objeto de processo sumário, na Justiça Estadual, iniciando-se por auto de prisão em flagrante ou por portaria expedida pela autoridade policial ou pelo juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público;
- b) será objeto de processo sumário, na Justiça Estadual, iniciando-se por denúncia do Ministério Público;
- c) será objeto de processo sumário, na Justiça Federal, iniciando-se por auto de prisão em flagrante ou por portaria expedida pela autoridade policial ou pelo juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público;
- d) será objeto de processo sumário, na Justiça Federal, iniciando-se por denúncia do Ministério Público.

57. De acordo com o art. 935 do Código Civil, “a responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal”. Diante dessa regra:

- a) decisão, no juízo criminal, que reconheça prescrição retroativa (prescrição da pretensão punitiva) impede punição administrativa de servidor público pelo mesmo fato;
- b) é inadmissível punição administrativa de servidor público por falta residual, não compreendida na absolvição pelo juízo criminal;
- c) não se impede punição administrativa absolvição, na ação penal, fundada em ausência de prova do fato, ausência de prova da autoria, ausência de prova suficiente para a condenação ou por não constituir o fato infração penal;
- d) absolvição, na ação penal, fundada em ausência de prova do fato e ausência de prova da autoria impede punição administrativa pelo mesmo fato.

58. Ocorre inexigibilidade de licitação:

- a) quando há inviabilidade de competição, encontrando-se os casos taxativamente enumerados em lei;
- b) quando há inviabilidade de competição, devidamente justificada, mesmo que a situação não esteja especificamente prevista em lei;
- c) quando, embora viável a competição, a licitação é objetivamente inconveniente ao interesse público, conforme enumeração taxativa da lei;
- d) quando, embora viável a competição, a licitação é objetivamente inconveniente ao interesse público, conforme despacho fundamentado da autoridade competente, não dependendo de previsão legal específica.

59. Em relação à Lei n. 9.784/99 (lei de processo administrativo) é correto afirmar:

- a) que se aplica, sem restrição, à administração pública federal, incluídos os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, quando no desempenho de função administrativa, não se destinando à administração pública estadual e municipal;
- b) que se aplica à administração pública federal, em caráter principal, e subsidiariamente aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, quando no desempenho de função administrativa;
- c) que afastou a aplicação, na administração pública federal, de leis que disciplinam processos administrativos específicos;
- d) que estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, aplicando-se subsidiariamente à administração estadual e municipal, em face da competência privativa da União para legislar sobre direito processual.

60. O princípio da segurança jurídica, na Administração:

- a) não impede aplicação retroativa de lei de ordem pública, porque não há direito adquirido em face de norma dessa natureza;
- b) não veda aplicação retroativa de nova interpretação da lei;

- c) protege, além do direito adquirido, expectativas legítimas e situações em vias de constituição sob o pálio de promessas firmes do Estado;
- d) conforme a jurisprudência, assegura direito adquirido ao regime jurídico em que o funcionário ingressou no serviço público.

61. “O proprietário também pode ser privado da coisa se o imóvel reivindicado consistir em extensa área, na posse ininterrupta e de boa-fé, por mais de cinco anos, de considerável número de pessoas, e estas nela houverem realizado, em conjunto ou separadamente, obras e serviços considerados pelo juiz de interesse social e econômico relevante” (art. 1.228, §4º, do Código Civil). Este dispositivo:

- a) aplica-se aos bens públicos dominicais, devendo a indenização, quando se tratar de propriedade particular, ser paga pelo Estado;
- b) aplica-se aos bens públicos dominicais, mas, quando se tratar de propriedade particular, a indenização deve ser paga pelos interessados, réus em ação reivindicatória;
- c) aplica-se aos bens públicos dominicais, devendo, mesmo quando se trate de bem público, ser paga justa indenização pelos interessados, réus em ação reivindicatória;
- d) não se aplica aos bens públicos e cabe aos interessados, réus em ação reivindicatória, o pagamento de justa indenização ao proprietário.

62. Conforme a jurisprudência mais recente do STF, os bens da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos:

- a) são penhoráveis, pois, nos termos do art. 5º, II, do Decreto-Lei nº 200/67, ainda em vigor, empresa pública é entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio, criada por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa;
- b) são penhoráveis porque, nos termos do art. 173, §1º, II, da Constituição, a empresa pública sujeita-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários, não se fazendo distinção entre empresa prestadora de serviço público e empresa dedicada a atividade econômica;
- c) são penhoráveis em face de incompatibilidade do Decreto-Lei n. 509/69, que estabelece prerrogativa de impenhorabilidade desses bens, com o art. 100 da atual Constituição (regime de precatório apenas para a fazenda pública);
- d) são impenhoráveis porque não se aplica o disposto no art. 173, §1º, II, da Constituição às empresas estatais prestadoras de serviço público.

63. A propósito do serviço de transporte, é adequado afirmar:

- a) que, por definição constitucional, é serviço público tanto o transporte coletivo de passageiros quanto, indistintamente, o transporte aquaviário de cargas entre portos brasileiros, ou que transponha os limites de Estado ou Território;
- b) que é serviço público o transporte coletivo de passageiros, destinado a garantir o direito fundamental de ir e vir, mas não o transporte aquaviário de cargas entre portos brasileiros, salvo, por hipótese, o transporte de produtos agrícolas para salvar de grave crise o setor, ou para fazer face a uma calamidade pública;
- c) que tanto uma como outra é atividade econômica “stricto sensu”, não se sujeitando à regra do art.175 da Constituição e a regime jurídico ou princípios peculiares ao serviço público;
- d) que depende exclusivamente do legislador ordinário a qualificação de uma ou outra atividade como serviço público.

64. Para efeito da responsabilidade extracontratual do Estado (art. 37, §6º, da Constituição):

- a)** não prevalece totalmente a regra processual de que é do autor o ônus da prova do fato constitutivo de seu direito, bastando que alegue dano injusto, lícito (anormal e especial) ou ilícito, e sua causa atribuída a pessoa jurídica de direito público ou pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços públicos, cabendo a estas, para se isentar de responsabilidade, demonstrar o contrário (inversão do ônus da prova);
- b)** cabe ao autor prova suficiente de dano injusto, lícito (anormal e especial) ou ilícito, e de sua causa atribuída a pessoa jurídica de direito público ou pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços públicos, ficando a cargo destas, para se isentar de responsabilidade, prova da ocorrência de força maior, fato de terceiro ou culpa da vítima, parte dos autores admitindo ainda o caso fortuito;
- c)** cabe ao autor prova de dano ilícito e de sua causa por culpa ou dolo de agente público no exercício de suas atribuições, ficando a cargo do Estado (pessoa jurídica de direito público ou pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços públicos) prova de uma das excludentes de responsabilidade (força maior, fato de terceiro, culpa da vítima, parte dos autores admitindo ainda o caso fortuito);
- d)** cabe ao autor prova suficiente de dano ilícito, apenas, e de sua causa atribuída ao Estado (pessoa jurídica de direito público ou pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços públicos), cabendo a este, para se isentar de responsabilidade, demonstrar o contrário (inversão do ônus da prova).

65. Não é totalmente compatível com a evolução do direito administrativo e da administração pública a seguinte progressão:

- a)** competência administrativa como *poder* > competência como *poder-dever* > competência como *dever-poder* e *finalidade pública*; ato administrativo isolado do contexto e fragmentado para efeito de controle (competência, forma, finalidade, motivo e objeto; legalidade e mérito) > ato administrativo integrado > atividade administrativa e políticas públicas; restrição da legitimidade para agir ao direito subjetivo > ampliação da legitimidade para agir, alcançando o interesse legítimo perante a competência discricionária;
- b)** ato administrativo unilateral, imperativo, imotivado, insuscetível de controle judicial prévio ou de mérito > prestígio à discricionariedade (vinculação aos princípios), mas, em contrapartida, participação da sociedade na administração, processualização, motivação indispensável do ato administrativo, controle judicial prévio, inclusive de seu conteúdo (pelo critério de razoabilidade), redução do espectro do ato político;
- c)** indivíduo como objeto “administrado” perante o Estado > indivíduo como sujeito > indivíduo como cidadão; administração patrimonialista > burocrática > sistêmica (participativa); princípio da legalidade > princípio da juridicidade > princípio da constitucionalidade da administração pública; promoção dos direitos fundamentais de primeira, segunda e terceira geração > promoção complementar (integrada) dos direitos fundamentais e complementaridade de instrumentos;
- d)** Estado liberal > Estado social > Estado-mínimo, privatização das atividades estatais, eficiência gerencial e promoção do mínimo existencial sujeita à cláusula de *reserva do possível*.

66. Em direito administrativo, o termo *autorização* é empregado:

- a)** como forma de delegação de serviço público, ao lado da permissão e da concessão;
- b)** para outorga de uso de bem público;
- c)** para designar ato de polícia administrativa de atividades potencialmente danosas;
- d)** as três opções estão corretas.

67. Quanto a pessoa física, julgue as assertivas:

- I)** A pessoa natural ou física começa sua existência com o nascimento com vida, mas a capacidade jurídica existe desde a concepção.
- II)** Nascimento é o fato, natural ou artificial, da separação do feto do ventre materno.

III) O Código Civil brasileiro nega a personalidade jurídica ao nascituro, mas lhe garante proteção para os direitos de que possa ser titular.

IV) A jurisprudência brasileira nega o reconhecimento da capacidade processual ativa do nascituro.

- a) I, II e IV são verdadeiras;
- b) I, II e III são falsas;
- c) II e III são verdadeiras;
- d) I, III e IV são falsas.

68. Em relação aos negócios jurídicos, julgue as assertivas:

I) Elementos essenciais são aqueles indispensáveis à existência do ato.

II) Elementos acidentais, na realidade, não são elementos, mas efeitos decorrentes da própria natureza do negócio.

III) Elementos naturais são os que podem, ou não, figurar no negócio;

IV) A declaração de vontade presumida é a que se deduz do comportamento do agente ainda que a vontade não seja revelada pelo meio adequado.

V) A declaração de vontade tácita é a declaração que, não sendo expressa, a lei deduz do comportamento do agente, como, por exemplo, acontece com determinadas presunções de pagamento.

- a) II e II são verdadeiras;
- b) I, II e V são verdadeiras;
- c) somente a I é verdadeira;
- d) III, IV e V são verdadeiras.

69. Em relação à prescrição e à decadência, julgue as assertivas:

I) Tanto a prescrição quanto a decadência são formas de extinção de direitos, constituindo-se ambas em prazos extintivos.

II) Quanto à natureza, ambas são institutos jurídicos que se constituem em causa e disciplina da extinção de direitos.

III) Quanto ao objeto, a prescrição atinge pretensões de direitos subjetivos patrimoniais disponíveis, não afetando, os da personalidade, os de família, os de estado e também as faculdades jurídicas.

IV) Na prescrição, o legislador visa consolidar um estado de fato transformando-o em estado de direito; na decadência, limita-se no tempo a possibilidade de exercício de direito, modificando-se uma situação jurídica.

V) Com a prescrição, pune-se a inércia no exercício de pretensão que devia ser exercida em determinado período; na decadência, priva-se do direito quem deixou de exercê-lo na única vez que a lei concede.

- a) I, II e IV são verdadeiras;
- b) todas as opções são verdadeiras;
- c) I, IV e V são falsas;
- d) II e IV são falsas.

70. Acerca das cláusulas penais, julgue as assertivas:

I) A cláusula penal pode ser estipulada para o caso de deixar o devedor de cumprir a totalidade de sua obrigação, ou então, com caráter mais restrito, e por isso mesmo mais rigoroso, para o de inexecução em prazo dado.

II) É lícito estipular a cláusula penal para total inadimplemento da obrigação, não podendo, contudo, ser cumulada com a indenização das perdas e danos decorrentes da inexecução do obrigado.

III) É livre a estipulação da cláusula penal, bem como também é livre a sua exigibilidade.

IV) Por suas características, a cláusula penal compensatória não substitui a obrigação principal, somente indenizando o credor das perdas e danos gerados do inadimplemento do devedor.

V) Cláusula penal, na sua essência, possui as mesmas características da multa penitencial.

- a) I, II e III são verdadeiras;
- b) I e III são verdadeiras;
- c) IV e V são verdadeiras;
- d) todas as opções são falsas.

71. Sobre o Direito de Família, julgue as assertivas:

I) Com o advento da Constituição Federal de 1998, o centro da tutela constitucional familiar se desloca do casamento para as relações familiares dele, mas não unicamente dele decorrentes.

II) O poder familiar, instituído no Código Civil de 2002, substituiu o pátrio poder, passando, com isto, a ser exercido pelo marido com a colaboração efetiva da mulher.

III) Após a Constituição Federal de 1988, a família é indispensável para o desenvolvimento da personalidade de seus membros, devendo a comunidade familiar ser preservada apenas como instrumento de tutela da dignidade da pessoa humana.

IV) O papel da culpa na separação tem sido atenuado, muito embora o Código Civil de 2002, ao invés de abolir a culpa do universo da separação judicial, ratificou a sua presença.

- a) I, II e III são verdadeiras;
- b) somente a II é falsa;
- c) II e IV são verdadeiras;
- d) todas são verdadeiras.

72. Sobre o Princípio da Boa-fé Contratual e da Função Social do Contrato, julgue as assertivas:

I) O princípio da boa-fé endereça-se sobretudo ao juiz e o instiga a formar instituições para responder aos fatos novos, exercendo um controle corretivo do Direito estrito.

II) Por ser o conceito de boa-fé um conceito aberto, a ordem jurídica atribui ao juiz a tarefa de adequar a aplicação judicial às modificações sociais.

III) A função social do contrato, na sua acepção moderna, desafia a concepção clássica de que os contratantes tudo podem fazer, porque estão no exercício da autonomia da vontade.

IV) A obrigatoriedade do princípio da função social do contrato é decorrência natural da existência do mesmo.

- a) I e III são falsos;
- b) II e IV são falsos;
- c) I, III e IV são verdadeiros;
- d) todos são verdadeiros.

73. Acerca da Responsabilidade Civil, julgue os itens:

I) No Código Civil de 2002 tem-se como regra geral a responsabilidade subjetiva, embora alguns autores admitam que, com o novo texto, a regra geral é a da responsabilidade objetiva.

II) A admissão do dano moral, embora não possa ser cumulado com o dano patrimonial, fundamenta-se, unicamente, no Código Civil.

III) Para a fixação da indenização por dano patrimonial e do dano moral é irrelevante o binômio possibilidade-necessidade.

IV) A pedagogia da pena é elemento caracterizador e imprescindível para a admissão da indenização por danos patrimoniais e morais.

- a) I e II são verdadeiros;
- b) somente o I é verdadeiro;
- c) II e III são verdadeiros;
- d) I, II e IV são falsos.

74. Sobre os direitos reais, julgue as assertivas:

I) Com o advento do Código Civil de 2002, as enfiteuses permanecem, desde que contratadas de acordo com a legislação anterior, podendo ser transformadas, conforme expresso nas suas disposições transitórias, em direito de superfície, desde que haja expresso consentimento do senhorio e do enfiteuta.

II) O direito de superfície caracteriza-se como um direito real sobre coisa alheia, na modalidade de garantia real, e se apresenta como um desdobramento da propriedade.

III) Muito embora o Código Civil de 2002 preveja a propriedade fiduciária, a alienação fiduciária em garantia, nas modalidades mobiliária e imobiliária, continuam a reger-se por leis especiais.

IV) O Código Civil de 2002 pacificou o entendimento de que posse é direito, incorporando, definitivamente, a teoria de Savigny.

- a) I e II são verdadeiras;
- b) III e IV são verdadeiras;
- c) somente a III é verdadeira;
- d) II, III e IV são falsas.

75. Em se tratando de direito internacional público:

a) o Estado exerce jurisdição sobre o seu território, muito embora sempre relativa, o que vale dizer que detém uma série de competências para atuar com autoridade.

b) são sujeitos de direito internacional público, também chamados de pessoas jurídicas de direito internacional público, os Estados soberanos, a Santa Sé e as organizações internacionais;

c) a personalidade jurídica do Estado, em direito das gentes, diz-se derivada, enquanto a das organizações internacionais diz-se originária;

d) as empresas públicas possuem personalidade jurídica de direito internacional quando atuam no exterior, mas tal personalidade jurídica é negada as empresas privadas com a mesma atuação.

76. Sobre o direito internacional privado pode-se afirmar que:

a) direito internacional privado trata basicamente das relações humanas vinculadas a sistemas jurídicos autônomos e convergentes;

b) direito uniforme espontâneo resulta de esforço comum de dois ou mais Estados no sentido de uniformizar certas instituições jurídicas;

c) o direito internacional uniformizado é fruto de entendimentos entre Estados e que se concentram nas atividades econômicas de natureza internacional.

d) a uniformização de normas disciplinadoras de comércio internacional é realizada por meio de acordos bilaterais, multilaterais, tratados e convenções, até onde isto seja aceitável para os países interessados.

77. Sobre a nacionalidade e a cidadania, assinale a opção verdadeira:

- a) a dimensão horizontal é a ligação do indivíduo com o Estado a que pertence, que lembra a relação do vassalo com o seu suserano, e que contém uma série de obrigações do indivíduo para com o Estado.
- b) a cidadania acentua o aspecto internacional, ao distinguir entre nacionais e estrangeiros, enquanto que a nacionalidade valoriza o aspecto nacional.
- c) a nacionalidade é geralmente definida como o vínculo jurídico-político que liga o indivíduo ao Estado, ou, em outras palavras, o elo entre a pessoa física e um determinado Estado.
- d) a nacionalidade primária ou originária ocorre por via da naturalização, isto é, voluntária ou em tempos idos, também imposta e, em certos países, por meio do casamento.

78. Acerca dos tratados, assinale a opção verdadeira:

- a) Na troca de notas, entendida como método supranegocial, é corrente que sejam antecedentes o término das negociações, o consentimento definitivo e a entrada em vigor.
- b) A vigência do tratado pode ser contemporânea à do consentimento: neste caso, o tratado passa a atuar como norma jurídica no exato momento em que ele se perfaz como ato jurídico convencional.
- c) A *vacatio* não representa real utilidade, pois ela permite que o tratado, mediante promulgação, ou ato análogo, já seja dado a conhecer no interior das nações pactuantes, e que possa vigir, internamente, de imediato.
- d) O prazo para a entrada em vigor de um tratado é, normalmente, de 90 (noventa) dias, mas na Convenção das Nações Unidas sobre o direito do mar, ele se encontra fixado em 24 (vinte e quatro meses).

79. A responsabilidade civil ambiental foi introduzida no ordenamento positivo brasileiro com a:

- a) Constituição de 1988;
- b) Lei nº 9.605, de 12.2.98;
- c) Lei nº 7.913, de 07.12.89;
- d) Lei nº 6.938, de 31.8.81.

80. Com respeito ao Estudo de Impacto Ambiental-EIA, pode-se dizer:

- a) é estudo que pode ser efetuado por encomenda a equipe privada com caráter multidisciplinar, desde que integrada por ambientalistas;
- b) é procedimento público;
- c) é documento de importância óbvia, ainda que não contenha um juízo de valor pró ou contra sobre o projeto em exame;
- d) é ato preparatório e, ainda que importante, prescinde da avaliação sobre o projeto em si.

81. A utilização adequada de recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente constituem exigências para:

- a) a desapropriação de imóvel rural;
- b) o correto lançamento do ITR;
- c) o cumprimento da função social da propriedade rural;
- d) o enquadramento de imóvel, quer como rural, quer como urbano quer ainda como urbano.

82. É de aceitação, dir-se-ia universal, que a ação estatal ou do poder público, dentre outros, em matéria de meio ambiente está fundada sobre princípios, dos quais destacam-se:

- a) o do poluidor-pagador e da ação preventiva;

- b) o da anterioridade;
- c) o da executoriedade;
- d) o da limitação ambiental.

83. A toda e qualquer alteração de natureza física, química e biológica que venha a desequilibrar o meio ambiente, diz-se:

- a) biodiversidade;
- b) diversidade agressiva genética;
- c) ampliação do efeito estufa;
- d) poluição ambiental.

84. A manipulação genética de células humanas:

- a) constitui crime;
- b) exige prévia aprovação da CTN-Bio;
- c) é contravenção punível pela legislação ambiental;
- d) depende de autorização prévia e expressa do CONAMA.

85. Quando as águas artificialmente levadas ao prédio superior, ou aí colhidas, correrem dele para o inferior poderá o dono deste:

- a) exigir a realização de obras de segurança ou de barragem;
- b) denunciar o proprietário do prédio superior como poluidor;
- c) reclamar que se desviem as águas, ou se lhe indenize o prejuízo que sofrer;
- d) cobrar uma taxa ainda que se possa tratar de servidão de caráter especial.

86. Quanto aos juizados especiais federais, é correto afirmar:

- a) a competência civil envolve causas até o valor de sessenta salários mínimos, ressalvadas, entre outras, as ações de mandado de segurança, as de desapropriação, e as por improbidade administrativa;
- b) ao juiz é defeso deferir, no curso do processo, medida cautelar;
- c) podem ser partes, como réis, a União, suas autarquias, fundações, empresas públicas federais e sociedades de economia mista;
- d) a fazenda pública dispõe de prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer.

87. Relativamente a procedimentos especiais, é correto afirmar:

- a) a ação de prestação de contas pressupõe a possibilidade da ocorrência de duas sentenças de conhecimento: uma relativa à primeira fase, que decide sobre o dever de prestar, ou não, as contas; outra relativa ao julgamento das contas prestadas ou oferecidas, em que é apurada a existência, ou não, de saldo credor. Em certas hipóteses, é possível que essas duas fases sejam decididas em uma única sentença;
- b) na ação de interdito proibitório, não se admite a imposição de preceito cominatório;
- c) na petição inicial da ação monitória, o autor indicará, de logo, a soma em dinheiro que pretende obter a título de pagamento, a coisa fungível ou o bem imóvel que pretende lhe seja entregue, instruindo-a com a prova documental de que dispõe e com o pertinente rol de testemunhas, requerendo, desde logo, o mandado de solvendo;
- d) na ação de embargos de terceiro, julgando suficientemente provada a posse, o juiz poderá deferir liminarmente os embargos e ordenar a expedição do mandado de manutenção ou de restituição em favor do embargante que receberá o bem independentemente de caução.

88. Quanto aos procedimentos especiais extravagantes, é incorreto dizer:

- a) na ação de improbidade administrativa e na ação popular a pessoa jurídica de direito público — ré na referida ação — cujo ato seja objeto de impugnação, poderá abster-se

de contestar o pedido e, mesmo, requerer sua inclusão no pólo ativo da relação processual;

b) diferentemente do que ocorre com o recurso de apelação de que cuida o Código de Processo Civil, cujas hipóteses de concessão de efeito suspensivo já vêm expressamente reguladas, na ação civil pública a atribuição desse efeito aos recursos depende de deliberação do juiz que prolatou a sentença;

c) o mais recente posicionamento do STJ é no sentido de admitir o cabimento do agravo de instrumento contra decisão que indefere pedido de liminar em ação de mandado de segurança;

d) as hipóteses de suspensão de liminar e de sentença em mandado de segurança de que cogita a Lei nº 4.348, de 1964, não foram recepcionadas pela Constituição de 1988.

89. Quanto à ação rescisória, é incorreto afirmar:

a) se ultrapassado o juízo de admissibilidade, a ação rescisória exige, necessariamente, o exercício de um juízo rescindente, cumulável, mas nem sempre, com um juízo rescisório;

b) sentença rescindível não se confunde com sentença nula;

c) a ação rescisória por violação de Súmula do STJ exige que essa tenha sido mencionada na decisão que se pretende rescindir;

d) a violação de literal disposição de lei pode decorrer tanto de *error in iudicando* como de *error in procedendo*.

90. Quanto aos recursos, é incorreto afirmar:

a) de toda sentença cabe apelação;

b) despachos, ainda que não sejam decisões interlocutórias, podem ser objeto de agravo se possuírem conteúdo decisório;

c) de acórdão não unânime que houver reformado, em grau de apelação, sentença de mérito, cabem embargos infringentes;

d) da decisão que não admitir embargos infringentes cabe agravo, em cinco dias, para o órgão competente para o julgamento do recurso.

91. Ainda quanto aos recursos, assinale a opção incorreta:

a) O efeito expansivo, mais do que efeito do recurso, é efeito de seu julgamento; o mesmo pode ser dito em relação ao efeito substitutivo.

b) Das decisões proferidas em audiência de instrução e julgamento, o agravo porventura interposto deverá observar a forma retida.

c) A apelação e os embargos de declaração são considerados recursos de fundamentação livre; o recurso extraordinário e os embargos infringentes, recursos de fundamentação vinculada.

d) Todos os recursos admissíveis, se interpostos, produzem, no direito brasileiro, um efeito comum, que é o de obstar o trânsito em julgado da decisão impugnada.

92. Relativamente ao processo cautelar, não é correto afirmar:

a) a doutrina majoritária admite como características do processo cautelar a autonomia, a instrumentalidade, a acessoriedade, a sumariedade, a revogabilidade e a temporariedade (para alguns, provisoriedade);

b) as chamadas ações de produção antecipada de prova, por serem cautelares administrativas, não geram a prevenção do juízo;

c) na cautelar de atentado, a competência é sempre do juízo que conheceu originariamente da causa principal, ainda que esta já se encontre no tribunal;

d) cabe ao requerente da cautelar propor a ação principal no prazo prescricional de 30 (trinta) dias, contado da data da efetivação da medida cautelar, quando esta tiver sido concedida em procedimento preparatório.

93. Quanto ao processo de execução, é incorreto afirmar:

- a) diversamente dos embargos à execução de que cogita o Livro II do CPC, a Lei de Execuções Fiscais estabelece que o prazo para oferecimento dos embargos conta-se da intimação da penhora e não da juntada aos autos do mandado que a efetivou;
- b) a exceção/objeção de pré-executividade, admissível por construção jurisprudencial no processo de execução codificado, não cabe na execução fiscal;
- c) na execução para entrega de coisa certa por título judicial, não cabem embargos de retenção;
- d) os embargos à execução, tecnicamente, não são defesa e sim ação incidental.

94. Com relação às provas, é incorreto afirmar:

- a) as fontes de prova têm pertinência com o princípio dispositivo; os meios de prova são concernentes à formação do convencimento do magistrado que, com relação a estes age de ofício; não, porém, com relação àquelas;
- b) a confissão que decorrer de erro, dolo ou coação pode ser anulada por meio da ação competente, se pendente o processo em que foi feita. Pode, também, se já transitada em julgado a sentença, da qual tenha sido o único fundamento, ensejar a propositura de ação rescisória;
- c) a doutrina distingue três momentos da prova: proposição, admissão e valoração;
- d) a sentença proferida no processo incidental de exibição de documento ou coisa possui conteúdo preponderantemente mandamental e enseja, na hipótese de descumprimento, até a responsabilização por crime de desobediência;

95. Ainda com relação a provas, assinale a opção incorreta:

- a) A parte tem o prazo de cinco dias para manifestar-se sobre documento juntado aos autos; o prazo será, porém, de dez dias se a parte pretender argüir a falsidade do mesmo documento.
- b) Não é preclusivo o prazo de cinco dias fixado no Código de Processo Civil para a indicação de assistente técnico e formulação de quesitos.
- c) Além dos quesitos iniciais e dos complementares, as partes podem ofertar outros quesitos, apelidados pela doutrina de elucidativos, para que o perito e o assistente prestem esclarecimentos na audiência de instrução e julgamento.
- d) Pode o juiz determinar que seja realizada uma segunda perícia, em substituição à primeira, se verificar que esta possui omissões ou inexatidões.

96. Quanto às partes do processo e à fase postulatória, é incorreto afirmar:

- a) o juiz, com relação aos documentos que acompanham a petição inicial, somente deve determinar à parte autora a juntada dos indispensáveis à propositura da ação, sob pena de indeferimento. A juntada de quaisquer outros documentos, cuja determinação não seja atendida, não ocasiona a sanção de que se cogita;
- b) em se tratando de litisconsórcio facultativo, por afinidade de questões por um ponto comum de fato ou de direito, não ocorre, em termos de fixação de competência absoluta, a chamada *vis atractiva*. É necessário que o juízo já seja competente para o julgamento de todas as pretensões;
- c) doutrinariamente, a inépcia da petição inicial sempre tem pertinência com um vício do libelo;
- d) o direito de aviar exceção de impedimento e de suspeição pode ser exercido em qualquer tempo ou grau de jurisdição, respeitado o prazo preclusivo de 15 (quinze) dias, contado do fato que ocasionou o impedimento ou a suspeição.

97. Assinale a opção incorreta quanto aos procedimentos especiais relativos às instituições financeiras:

- a) As instituições financeiras privadas e as públicas não federais estão sujeitas, se ocorrerem as circunstâncias definidas em lei, a liquidação extrajudicial, intervenção e administração especial temporária.
- b) O Banco Central do Brasil pode decretar a intervenção ainda que a instituição financeira não esteja apresentando passivo a descoberto.
- c) O período de intervenção não excederá a seis meses o qual, por determinação do Banco Central do Brasil, poderá ser prorrogado uma única vez, até o máximo de outros seis meses.
- d) O ato de intervenção produz a suspensão da exigibilidade das obrigações vencidas; não, porém, dos depósitos já existentes na data da intervenção.

98. Quanto à liquidação extrajudicial, não é correto afirmar:

- a) será executada por liquidante nomeado pelo Banco Central do Brasil, com amplos poderes de administração e liquidação, especialmente os de verificação e classificação de créditos, podendo nomear e demitir funcionários, fixando-lhes os vencimentos, outorgar e cassar mandatos, e representar a massa, judicial e extrajudicialmente;
- b) os honorários do liquidante são fixados pelo Banco Central do Brasil, mas são pagos pela massa liquidanda;
- c) uma vez decretada a liquidação extrajudicial, não cabe aplicar correção monetária às dívidas da massa;
- d) a decretação da liquidação extrajudicial interrompe a prescrição relativa a obrigações de responsabilidade da liquidanda.

99. Quanto à teoria geral do direito societário, não é correto afirmar:

- a) da personalização das sociedades empresárias decorre o princípio da autonomia patrimonial, que é um dos elementos fundamentais do direito societário; em razão desse princípio, os sócios, em regra, não respondem pelas obrigações da sociedade;
- b) a personalidade jurídica da sociedade empresária começa com o registro de seus atos constitutivos na Junta comercial, e termina com o procedimento dissolutório, que pode ser judicial ou extrajudicial;
- c) são cinco os tipos de sociedades empresárias: nome coletivo, comandita simples, comandita por ações, anônima e por cota de responsabilidade limitada;
- d) a aplicação da teoria da desconconsideração da pessoa jurídica implica a anulação/defazimento do ato constitutivo da sociedade empresária.

100. Quanto às sociedades, não é correto dizer:

- a) a incorporação é a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações.
- b) na cisão, a sociedade que absorver parcela do patrimônio da companhia cindida, não sucede a esta nos direitos e obrigações relacionados no ato da cisão.
- c) transformação é a operação pela qual a sociedade passa, independentemente de dissolução e liquidação, de um tipo para outro.
- d) transformação exige consentimento unânime dos sócios ou acionistas, salvo se prevista em estatuto ou no contrato social.

**XI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO
DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA PRIMEIRA REGIÃO**

GABARITO OFICIAL

1	C	11	D	21	D	31	B	41	B	51	A	61	D	71	B	81	C	91	C
2	C	12	C	22	B	32	A	42	C	52	B	62	D	72	D	82	A	92	D
3	C	13	A	23	C	33	B	43	A	53	D	63	B	73	B	83	D	93	B
4	D	14	A	24	C	34	C	44	D	54	B	64	B	74	C	84	A	94	C
5	B	15	A	25	C	35	A	45	D	55	C	65	D	75	B	85	C	95	D
6	A	16	C	26	C	36	C	46	A	56	B	66	D	76	C	86	A	96	D
7	B	17	A	27	B	37	A	47	C	57	C	67	C	77	C	87	A	97	A
8	B	18	B	28	A	38	C	48	D	58	B	68	C	78	B	88	D	98	C
9	C	19	C	29	B	39	D	49	D	59	A	69	B	79	D	89	C	99	D
10	C	20	C	30	D	40	B	50	C	60	C	70	B	80	B	90	A	100	B

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
XI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE JUIZ
FEDERAL SUBSTITUTO

2a PROVA ESCRITA

PRIMEIRA QUESTAO

Elabore sentença, atendendo aos requisitos do art. 458 do CPC, sem assinatura ou qualquer outro sinal, julgando a questão hipotética abaixo exposta. O relatório (síntese dos fatos relevantes do processo) é imprescindível, sob pena de eliminação.

VALOR DESTA QUESTAO: SEIS PONTOS

ANA SILVA, brasileira, viúva, com 65 anos de idade pretende ver declarado tempo de serviço na condição de rurícola, para fins de benefício previdenciário (aposentadoria), cumulado com pedido de pensão que não lhe vem sendo paga, a partir da data do óbito, por morte de seu marido AULUS SILVA, a qual sustenta ter sido trabalhador rural, por mais de 35 anos.

A autora traz como prova: certidão de casamento, celebrado em 20 de março de 1955, em que figura como doméstica e seu falecido marido como trabalhador rural; certidão de óbito do marido, ocorrido em 4 de setembro de 1994; declaração do Ministério Público estadual, datada de 5 de fevereiro de 1990, afirmando que ela e o de cujus eram trabalhadores rurais; cópia da carteira do antigo marido, expedida em 1965, de associado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Conselheiro Lafaiete; cópia de escritura, pela qual seu marido adquiriu pequena gleba de terra em 8 de maio de 1954, que até hoje é de propriedade da autora, por efeito de sucessão; declaração do fazendeiro FABRÍCIO PEREIRA, dizendo que AULUS SILVA foi seu empregado na Fazenda "Canto Feliz", por cerca de 5 anos (1950 a 1955); rol de três testemunhas que, a seu sentir, conhecem bem a situação da autora e do seu antigo marido.

Alega a autora que sempre trabalhou em regime de economia familiar e, seu extinto marido, uma grande parte também nesse regime, e outra como empregado, como, aliás, já aludido.

Requer ainda, assistência judiciária.

O INSS alega que a prova é imprestável, quer por não ser mais possível aceitar-se a declaração do Ministério Público; quer por não ter qualquer valia a declaração do dito ex-empregador; quer, ainda, por não ter havido prévio requerimento administrativo e, ainda, por serem inacumuláveis os benefícios de que cuida a pretensão. Por último, quanto à prova testemunhal, de que ela nada vale, até por que em matéria previdenciária não se aceita a exclusivamente testemunhal.

Quanto ao mérito, nega qualquer direito ou reconhecimento do tempo de serviço pretendido, bem como da pensão pleiteada que, apenas para argumentar, esta última, se houvesse o direito, só poderia ocorrer a partir da sentença.

Ademais, ad argumentandum, alega que a ser procedente o pleito da pensão, teriam de ser descontados os valores que corresponderiam às contribuições previdenciárias não efetuadas opportuno tempore.

Pede a condenação da autora nas custas e na verba honorária.

Sentencie.

A sentença deverá, naturalmente, conter os elementos essenciais previstos no CPC.

SEGUNDA QUESTÃO

Responda a questão abaixo, de forma objetiva e fundamentada, em, no máximo, cinquenta linhas. O que sobejar não será considerado.

VALOR DESTA QUESTAO: DOIS PONTOS

Certa pessoa, dirigindo um veículo pela BR-101, na altura do km. 310, no Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, por volta das 23 horas, em noite chuvosa, colidiu violentamente com um animal (cavalo) que atravessava a pista de rolamento. Dessa colisão resultaram a perda total do veículo e gravíssimas lesões físicas em razão das quais o condutor ficou irreversivelmente tetraplégico. Além da dor física e moral, essa pessoa ficou impedida de continuar a exercer a profissão de arquiteto, aposentou-se por invalidez e passou a ter grandes despesas médico-hospitalares e com medicamentos e enfermagem.

No local havia, meio danificada, uma placa de sinalização indicadora da possibilidade de haver animais na pista e constatou-se que o veículo estava em velocidade um pouco acima (possivelmente 100 km) da permitida para o local (80km). A vítima não usava cinto de segurança.

Não foi identificado o proprietário do animal.

Verificou-se que nos povoados carentes da região várias pessoas possuem cavalos e carroças para transporte pessoal e de cargas, sendo comum ver cavalos soltos nas ruas que dão acesso à rodovia.

De acordo com o que ficou esclarecido, a Polícia Rodoviária Federal faz constante manutenção da cerca e da sinalização da rodovia, mas é freqüente o furto de mourões e arame e até de placas de sinalização, por pessoas que moram na redondeza, com a finalidade de utilizar esse material

em construção de barracos. É freqüente também a abertura de passagens na cerca, cortando o arame, para acesso à rodovia.

Tendo como referência esse fato, situe, de forma sintética e consistente, a responsabilidade por omissão no quadro da responsabilidade extracontratual do Estado brasileiro (responsabilidade civil subjetiva e objetiva, causas de exclusão total ou parcial de responsabilidade, ônus da prova na ação de indenização, responsabilidade por dano resultante de ato comissivo e de omissão do poder público).

TERCEIRA QUESTÃO

Responda a questão abaixo, de forma objetiva e fundamentada, em, <u>no máximo, cinquenta linhas</u>. O que sobejar não será considerado.

VALOR DESTA QUESTAO: DOIS PONTOS

Quais as características, a natureza jurídica e as modalidades do lançamento tributário? Expliqué-las, esclarecendo se o prazo previsto no § 4º, do art. 150, do Código Tributário Nacional, é de decadência ou prescrição e como compatibilizar as primeiras com o autolancamento.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
XI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE JUIZ
FEDERAL SUBSTITUTO

3a PROVA ESCRITA

PRIMEIRA QUESTÃO

VALOR DESTA QUESTAO: SEIS PONTOS

O Ministério Público Federal ofereceu denúncia contra MÁRIO DA SILVA PEREIRA, CESARINA FERNANDES SILVA, WALTER FERNANDES DE LIMA, PAULO BRAGA DE MENEZES, JOSÉ DE RIBAMAR MATOS e FRANCISCO DE ASSIS CORREIA, qualificados nos autos de inquérito policial, pelas seguintes condutas:

I - MÁRIO DA SILVA PEREIRA, nos meses de abril a maio de 2001, na Garagem da Companhia Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP, aproximou-se de empregados da Empresa, propondo-lhes uma forma de sacar o saldo das suas contas de FGTS, mediante pagamento de comissão de 20% (vinte por cento) do valor sacado, com o que vieram a concordar WALTER FERNANDES DE LIMA, PAULO BRAGA DE MENEZES, JOSÉ DE RIBAMAR MATOS e FRANCISCO DE ASSIS CORREIA.

MÁRIO, após receber dessas pessoas as Carteiras de Trabalho e dados pessoais, falsificou Termos de Rescisão de Contrato de Trabalho - TRCT, nos quais fez constar "demissão sem justa causa". Em seguida, entregou a cada um o falso termo de rescisão para que, depois de o assinar, fosse à Caixa Econômica Federal levantar o saldo de FGTS.

II - Os acusados WALTER FERNANDES DE LIMA e PAULO BRAGA DE MENEZES mostraram-se receosos de comparecer pessoalmente para efetuar o saque, por isso, MÁRIO providenciou procurações públicas a CESARINA FERNANDES SILVA, sua companheira (de Mário), conhecedora da situação, para que os representasse perante a CEF (à época ainda não vigia o § 18, acrescentado ao art. 20 da Lei n. 8.036/90 pela Medida Provisória n. 2.197-43, de 24.8.2001, com a seguinte redação: *É indispensável o comparecimento pessoal do titular da conta para o pagamento da retirada nas hipóteses previstas nos incisos I, II, III, VIII, IX e X deste artigo, salvo em caso de grave moléstia comprovada por perícia médica, quando será paga a procurador especialmente constituído para esse fim*).

III - O acusado JOSÉ DE RIBAMAR MATOS, depois de assinar o falso TRCT, sacou da sua conta vinculada de FGTS a quantia de R\$ 6.143,25

(seis mil, cento e quarenta e três reais e vinte e cinco centavos), pagando a MÁRIO, em dinheiro, os 20% combinados.

IV - O acusado FRANCISCO DE ASSIS CORREIA, igualmente depois de assinar o falso TRCT, sacou da sua conta vinculada de FGTS a quantia de 12.205,30 (doze mil, duzentos e cinco reais e trinta centavos), pagando a MÁRIO, por meio de cheque da sua conta-corrente, os 20% combinados (cópia do cheque juntada aos autos do inquérito).

V - A acusada CESARINA FERNANDES DA SILVA, depois de colher as assinaturas de WALTER FERNANDES DE LIMA e PAULO BRAGA DE MENEZES nos respectivos TRCTs, dirigiu-se à CEF para levantar o saldo de FGTS do primeiro, WALTER FERNANDES DE LIMA. Os servidores da CEF, tendo em vista que o valor era elevado (R\$ 16.500,00) e suspeitando da situação, consultaram a NOVACAP sobre a veracidade da rescisão do contrato de trabalho, obtendo a informação de que WALTER FERNANDES continuava empregado da Empresa. Por esse motivo, entregaram CESARINA à custódia dos guardas da agência até a chegada de policiais federais, que a prenderam em flagrante.

VI - Na casa de CESARINA, mediante busca domiciliar, foram apreendidos o falso TRCT e a procuração de PAULO BRAGA DE MENEZES e, mediante levantamento feito pela Caixa Econômica Federal, chegou-se aos outros dois casos (saques efetuados por JOSÉ DE RIBAMAR MATOS e FRANCISCO DE ASSIS CORREIA).

A conduta de MÁRIO DA SILVA PEREIRA foi tipificada nos artigos 298 e 171, *caput* e § 3º, combinados com os artigos 62, I, 70 a 71, do Código Penal; a de JOSÉ DE RIBAMAR MATOS e a de FRANCISCO DE ASSIS CORREIA, nos artigos 298 a 171, *caput* e § 3º, combinados com o art. 70 do Código Penal; a de WALTER FERNANDES DE LIMA, no art. 298 a 171, *caput* e § 3º, este combinado com o art. 14, II, do Código Penal; a de PAULO BRAGA DE MENEZES, no art. 298 do Código Penal; a de CESARINA FERNANDES SILVA, no art. 171, *caput* e § 3º, combinado com o art. 14, II, do Código Penal.

A denúncia foi recebida em 15.8.2002.

Formulários, documentos e carimbos apreendidos em diligências policiais foram submetidos a perícia, na fase do inquérito, restando provados em detalhes os fatos e respectiva autoria.

À exceção de MÁRIO DA SILVA PEREIRA, que, intimado pessoalmente, não compareceu ao interrogatório, os acusados confessaram a conduta relatada na denúncia.

As testemunhas arroladas pelo Ministério Público, servidores da Caixa Econômica Federal e policiais que efetuaram a prisão de CESARINA FERNANDES SILVA, relataram sem qualquer contradição os fatos e circunstâncias que presenciaram. As testemunhas arroladas pela defesa limitaram-se a atestar boa conduta social dos acusados.

Na fase de diligências (art. 499 do Código de Processo Penal), juntou-se certidão que revela estar o acusado MÁRIO DA SILVA PEREIRA a sua mulher CESARINA FERNANDES SILVA sendo processados, em razão de semelhante acusação, na Seção Judiciária de Goiás; também foram juntados documentos noticiando que os acusados WALTER FERNANDES DE LIMA, PAULO BRAGA DE MENEZES, JOSÉ DE RIBAMAR MATOS e FRANCISCO DE ASSIS CORREIA, em razão do fato, foram demitidos dos seus empregos na NOVACAP, por justa causa.

Tanto na defesa prévia quanto nas alegações finais, o advogado constituído por todos os acusados alegou: a) impossibilidade de crime, por impropriedade do objeto, tendo em vista que o saldo de FGTS já é patrimônio do titular da conta; b) inexistência de crime por parte de PAULO BRAGA DE MENEZES, vez que não iniciada a execução; c) atipicidade das condutas, ante o princípio da insignificância, considerando-se, especialmente, que os acusados WALTER FERNANDES DE LIMA, PAULO BRAGA DE MENEZES, JOSÉ DE RIBAMAR MATOS e FRANCISCO DE ASSIS CORREIA já foram punidos com a demissão dos seus empregos na NOVACAP; no mínimo, que deve ser aplicado o disposto no art. 171, § 1º, do Código Penal; d) dificuldades financeiras dos acusados, chegando às raias do estado de necessidade; e) absorção do crime-meio pelo crime-fim, conforme Súmula do STJ; f) incompetência da Justiça Federal, em razão da ausência de prejuízo direto para a Caixa Econômica Federal ou para a União e inaplicabilidade da causa especial de aumento de pena prevista no art. 171, § 3º, do Código Penal; g) direito a suspensão do processo (art. 89 da Lei n. 9.099/95), prescrição e, em última hipótese, impossibilidade de punição autônoma aos acusados MÁRIO DA SILVA PEREIRA a CESARINA FERNANDES SILVA, uma vez que suas condutas constituíam continuação daquelas que já são objeto de processo em outra jurisdição.

O Ministério Público Federal, nas razões finais, rebateu genericamente essas alegações, pedindo a condenação dos acusados, nos termos da denúncia.

O candidato, como Juiz Federal Substituto em Brasília/DF, deverá proferir sentença (motivação e dispositivo) na ação penal antes relatada, discorrendo resumida a suficientemente, seja para acolher, seja para rejeitar, sobre as teses levantadas.

SEGUNDA QUESTÃO

Responda a questão abaixo, de forma objetiva e fundamentada, em, no máximo, cinqüenta linhas. O que sobejar não será considerado.

VALOR DESTA QUESTAO: DOIS PONTOS

Examine aspectos relativos à execução contra a fazenda pública, na doutrina e na jurisprudência, sob os prismas constitucional e legal, considerando:

- a) a execução de obrigação de dar, fazer e não fazer;
- b) a execução por quantia certa;
- c) os embargos à execução; e
- d) o procedimento subsequente à não-oposição dos embargos ou ao seu julgamento.

TERCEIRA QUESTÃO

Responda a questão abaixo, de forma objetiva e fundamentada, em, <u>no máximo, cinquenta linhas</u>. O que sobejar não será considerado.

VALOR DESTA QUESTAO: DOIS PONTOS

O Presidente da República editou Medida Provisória, publicada em 30 de agosto de 2001. Contudo, até 30 de janeiro de 2002, não tinha sido convertida em lei. Diante disso, pode ser prorrogada? Por que prazo? Será prorrogada por tempo indeterminado se for de natureza tributária? Perdeu a eficácia por decurso de prazo? Nesse caso, o Congresso Nacional deverá disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas dela decorrentes ou poderá, posteriormente, deliberar sobre ela? Justifique as respostas.